

GRUPO DE EDUCAÇÃO POPULAR (GEP)



“Educar,

Criar

Poder Popular”

Julho, 2012



Apresentação

Em 2012 o Grupo de Educação Popular (GEP) completa cinco anos. Um grupo que se uniu no início de 2008 pra resistir à violência do Estado e participar ativamente da sociedade nova. Mulheres e homens, rostos e pulsos, lançados à terra, à procura do tempo onde já não “esquecemos o que há de água, de sopro e de inocência no fundo de cada um de nós”.

Celebrando esta história e reafirmando nosso compromisso com uma educação popular, libertária, com uma sociedade sem classes e sem opressões, lançamos este documento-base do grupo e apresentamos nossas concepções de educação e sociedade.

Nossa história

E já não sentimos a noite,
e a morte nos evita, e diminuímos
como se ao contato de tua bengala mágica
voltássemos
ao país secreto onde dormem os meninos.
Já não é o escritório e mil fichas,
nem a garagem, a universidade, o alarme,
é realmente a rua abolida, lojas repletas,
e vamos contigo arrebentar vidraças,
e vamos jogar o guarda no chão,
e na pessoa humana vamos redescobrir
aquele lugar - cuidado! - que atrai os pontapés:
sentenças
de uma justiça não oficial.

Carlos Drummond de Andrade

O Grupo de Educação Popular (GEP) nasceu da extinta FLP (Frente de Luta Popular), grupo que desde 2000 protagonizou importantes lutas na cidade do Rio de Janeiro, como a participação ativa em ocupações sem-teto e favelas da cidade. Em 2008, militantes dessa frente resolveram criar um grupo que articulasse os nossos trabalhos com educação popular e fortalecesse a luta nas comunidades onde atuávamos. Com o fim da FLP, poucos meses após a formação do grupo, nossa atuação ficou concentrada

no Morro da Providência, favela que está localizada bem próxima às ocupações sem-teto onde a FLP atuava (Chiquinha Gonzaga, Quilombo das Guerreiras e Zumbi dos Palmares). Ao pensar um trabalho com educação popular no Morro da Providência, nossa intenção era favorecer a aproximação entre a favela e a ocupação e ajudar a construir espaços de poder popular na área central da cidade.

Assim, em Junho de 2008, mês em que foram assassinados três jovens da Providência após terem sido sequestrados e entregues por soldados do Exército a traficantes do Morro da Mineira, iniciamos nosso primeiro trabalho com educação popular: um preparatório para concursos públicos de 1º e 2º grau. Nossa primeira turma foi aberta no espaço do centro cultural “Nova Aurora”, na antiga Praça Américo Brum, hoje parcialmente demolida devido às obras para construção do teleférico, em decorrência das quais 800 famílias estão sendo removidas do morro. Por causa dos sucessivos tiroteios que aconteciam logo após a desocupação do Exército – às vezes, verdadeiros massacres promovidos pelo GEPAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais) – e à localização da praça – local, antigamente, de maior conflito da comunidade -, as aulas eram muitas vezes interrompidas ou não aconteciam, o que motivou nossa mudança da praça para a Capela Nossa Senhora do Livramento, na Ladeira do Barroso. Essa mudança não eliminou o problema com a violência, sendo constantes os assassinatos e os tiroteios, muitas vezes na porta da capela. Na primeira atividade fora de sala de aula que o GEP organizou na Providência, policiais invadiram o morro e um tiroteio resultou em uma moradora baleada.

Estes aspectos, entretanto, não diminuíram a vontade e força do grupo, que passou desde esta época a lutar contra a violência policial no Morro da Providência e em 2009 abriu a primeira turma do Pré-Vestibular Comunitário Machado de Assis, nome eleito por alunos e professores em assembleia. Desse momento para cá, ampliamos nossas lutas, nossos desafios. Em 2010, tocamos o segundo ano do pré, que passou a ser acompanhado, no ano seguinte – 2011 –, do projeto de Alfabetização de Jovens, Adultas e Adultos do Morro da Providência e de atividades que ultrapassam a sala de aula, como a comissão cultural, o apoio às ocupações sem-teto, a participação no Fórum de Educadores, no Fórum Social urbano, no Fórum Comunitário do Porto, na luta dos moradores da Providência contra as remoções e mais recentemente a luta na educação institucional em escolas do estado e município do Rio de Janeiro e seus sindicatos (SEPE, SINDPFAETEC).

Tendo muitos professores do ensino básico dentro do grupo, sobretudo nas escolas estaduais, e acreditando que o debate sobre a educação libertária também deve chegar às escolas, decidimos em 2012 criar mais uma frente de trabalho dentro do GEP, que passou a ser dividido em GEP educação comunitária e GEP educação pública, ambos voltados para a construção de uma pedagogia libertária e de uma sociedade justa, o que só pode ser alcançado com a organização popular e o fim do capitalismo.

Autogestão

Nos organizando como um grupo político com uma perspectiva libertária de educação e sociedade, não acreditamos que estas duas poderão ou serão transformadas por ONGs, empresas privadas ou mesmo o Estado. Atuamos com educação popular justamente por estarmos insatisfeitos com estes espaços, tanto por promoverem políticas conservadoras, autoritárias, como por sufocarem "as vozes" das pessoas, sobretudo da classe trabalhadora e das minorias, tornando-as meras "representadas" em eleições e em um modelo de democracia que rouba o poder de decisão direto das pessoas sobre as suas próprias vidas. Por isso, decidimos nos organizar de um modo diferente do Estado, privilegiando a igualdade e a participação de todas e todos, com decisões tiradas em assembleias onde todo membro do grupo tem direito a voz e voto.

Para nós, essa forma de organização sem hierarquia e sem "representantes", que nomeamos de *autogestão*, não é apenas um modo de organização de um grupo, mas uma proposta de sociedade, de mundo. Isso é muito importante de ser colocado, pois a autogestão, como concebemos, não é compatível com hierarquia, seja na família, na escola, na gestão pública, em qualquer local e organização da sociedade. Com a própria crise do capitalismo e de algumas perspectivas políticas, o nome "autogestão" passou a ser usado até mesmo em grandes empresas e indústrias como um modo de organização que pode ajudar o capital a se organizar e se reproduzir. Na nossa visão, que estamos tentando construir ao longo de cinco anos, atuando no pré-vestibular, na alfabetização de adultas e adultos, nas escolas, na luta contra as remoções e qualquer forma de exploração e opressão, a autogestão não é co-gestora de organizações verticais e hierárquicas, assim como a educação popular não é defendida por nós como um "tapa buraco" ou um projeto alternativo que terceiriza a educação pública, como atualmente as secretarias de educação estão buscando fazer quando aproximam cursos de educação popular das escolas e os integram às suas grades e programas.

Autogestão, para o Grupo de Educação Popular, é exercício coletivo do poder, autonomia, tomada de decisão sobre a sua própria vida. É a possibilidade de uma sociedade com relações realmente democráticas, onde a liberdade e a igualdade são consideradas insubstituíveis. Por isso, não sendo possível criar um novo mundo com as formas do antigo, a autogestão demanda grande compromisso e responsabilidade. Ela é também um trabalho educativo, pois, não havendo mais uma pessoa com poder de deliberar por outras, as tarefas individuais e coletivas se ampliam e sem elas a autogestão não funciona. É preciso muita organização e colaboração de todas e todos, para a construção de novas relações humanas que não sejam baseadas nas formas atuais de opressão.

Educação Popular, Educação Libertária

Educação popular, para nós, é uma educação criada pelo povo e que está ao seu serviço. Uma educação que reconta a nossa história, que se opõe a escola burguesa e sua forma, seu modo de conceber a educação, seu espaço escolar, seus conteúdos, seus métodos de ensino e os fins de sua atividade pedagógica. Uma experiência de educação que a partir de uma pedagogia da autonomia valoriza a criação, a livre-iniciativa, os saberes criados no cotidiano e que estão fora da academia, a troca e a cooperação, a crítica e a liberdade. Uma educação cujo foco não se centra nem na figura do professor, nem na do aluno, mas na relação entre as pessoas, na coletividade, naquilo que é comum. Um modo de aprender e ensinar onde a liberdade individual só pode se realizar e se ampliar com a liberdade do outro e de todos, por isso a importância que atribui as realizações coletivas e a luta pela emancipação do povo.

Educação popular, assim, não é necessariamente uma educação *fora* do Estado, já que dentro das escolas públicas, onde estuda a maior parte dos trabalhadores e de seus filhos, também podem ser criadas linhas de resistência. A educação popular é uma educação *contra* o Estado, entendendo este como uma máquina que articula as maiorias políticas (burgueses, homens, brancos, heterossexuais, cristãos, etc.) para que estas conservem-se como opressoras. É uma educação contra o racismo, o machismo, a homofobia, o preconceito e a exploração de classe, a discriminação religiosa; educação contra a escola burguesa, contra os seus dispositivos disciplinares e de controle - contra a disposição das carteiras em salas de aula, das próprias salas de aula, tal como existem; contra o exercício de autoridade do professor sobre o aluno -, contra a exploração dos profissionais da educação. Uma educação da negação do que há, mas também uma

educação afirmativa propositiva, pela coletivização dos espaços, pela horizontalidade em todos os processos deliberativos, pela autonomia, pela liberdade individual que se submete à liberdade coletiva, por uma pedagogia voltada para um "cuidado de si", para uma relação livre consigo e com outro. Uma educação que busca construir o poder popular em oposição ao capitalismo, pois é nele e por ele que estas violências existem.

Consideramos fundamental enfatizar nossa concepção sobre educação popular, autogestão, livre-iniciativa, pois estas palavras-chaves, que já significaram e significam tantas lutas, estão sendo apropriadas por quem sempre as combateu. Isso ocorre quando já não há ou não se percebe antagonismo nenhum em defender a educação privada - para que tudo não fique na "conta do Estado" - e a educação popular. Quando deixa de ser um problema "estrutural" do sistema em que vivemos o fato das universidades serem elitistas, segregarem por cor, classe e região, e dos que estão fora dela serem sobretudo negros, nordestinos e moradores de favela ou periferia. Nesta concepção, defendida principalmente por ONG's, já não há um limite inerente ao sistema em que vivemos e por isso basta ter financiamento para projetos sociais, de "inclusão racial e social", que resolvemos a questão. Constrói-se um pré-vestibular com verba pública ou privada, com estrutura de "qualidade" para atender os "desprivilegiados", e aí já não é preciso lutar, ir para a rua contra o desemprego, pela redução da jornada de trabalho, contra as remoções, contra a violência nas comunidades, contra o modelo atual de escola pública, fatores que promovem estas segregações, pois o "capitalismo agrega todos".

Nós, do GEP, não queremos e não acreditamos nessa concepção, por isso, quando surgimos em 2008, falávamos na união das ocupações sem-teto e das favelas, da construção de espaços de poder popular. Quando participamos de projetos como Pré-Vestibular ou Alfabetização de Adultas e Adultos, quando atuamos nas escolas, entre a categoria dos profissionais da educação, apontamos para outro caminho. Acreditamos que a educação só é popular e libertária se ela cria e busca a libertação, se ela é contra o capitalismo e toda forma de opressão e acredita que as transformações nascem das mãos do povo, de sua luta e experiência coletiva.

Queremos construir uma educação popular pois queremos uma sociedade sem classes, sem opressões, sem injustiças, onde a igualdade e a alegria sejam seus valores e conquistas.

GEP – GRUPO DE EDUCAÇÃO POPULAR